

## PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS CRECHES BRASILEIRAS E SEU IMPACTO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL DE ZERO A TRÊS ANOS

Ana Corina Machado SPADA

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia, da  
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Presidente Prudente, SP.

Professora da Graduação em Pedagogia na Associação Cultural e Educacional de Garça, SP

### RESUMO

Esta pesquisa pretende discutir como vem se desenvolvendo o atendimento de crianças entre zero e três anos, valorizando a trajetória histórica que marca o processo de criação e implementação das instituições de educação infantil voltadas para essa finalidade no Brasil. Tendo em vista o forte caráter assistencial e filantrópico que marcou o trabalho das primeiras instituições voltadas para o atendimento da infância no Brasil, julgamos importante descrever os principais fatos históricos que marcaram seu processo de criação e discutir a postura estatal frente à problemática da educação da primeira infância. Pretendemos ainda discutir a legislação que regulamenta a Educação Infantil no Brasil e sua adequação às necessidades educacionais da primeira infância, mencionando ainda o impacto que a dicotomia *cuidado X educação* exerce sobre a educação desenvolvida no contexto das creches públicas brasileiras.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação Infantil – Creche – Formação de Professores para Educação Infantil.

### ABSTRACT

This research intends to discuss how the early childhood education has been developed, emphasizing the historical trajectory about the creation of these institutions in Brazil. Considering the assistance and philanthropically character that influenced the work of the first institutions that were concerned with the children's attendance in Brazil, we considered important to describe the historical issues that are more important to understand the process of creation of the crèches in Brazil. We either intend to discuss the laws that discusses about the crèches functioning and about the public policies, created to guarantee a good service for children between zero and three years old in public institutions. We consider that is very important to describe the historical facts that influenced the creation and implantation process of public crèches in Brazil. Talking about Brazilian early childhood education, we also consider important to discuss the publics policies and the laws that organizes the early education in this country and try to identify and to discuss some issues that help us to understand if the rules about early childhood education are adequate or not to children's necessities, mentioning the impact that the dichotomy care X education has in the education developed in the Brazilian public crèches.

**KEY WORDS:** Children's Education – Crèche – Teacher's Formation to Infancy Education.

### INTRODUÇÃO

A questão do atendimento à infância, sobretudo aquele prestado por instituições mantidas pelo poder público, tem sido cada vez mais discutida. Desde a década de 1990,

quando as preocupações acerca da articulação entre cuidado e educação ganham força, tem-se observado um considerável aumento no volume de pesquisas dedicadas à infância, sobretudo à infância institucionalizada e desde então muitos problemas e perspectivas de melhoria têm sido apontados no tocante ao trabalho desenvolvido por creches e pré-escolas.

Entretanto, é preciso considerar o fato de que ainda que sejam apontadas perspectivas e necessidades de melhoria do atendimento prestado pelas instituições de Educação Infantil, a falta de investimentos governamentais para essa modalidade de ensino, bem como a questão da insuficiente formação docente constituem sérios entraves para que o Brasil possa alcançar a qualidade desejada na educação da infância.

Atualmente, percebemos que a palavra de ordem é a educação, principalmente a educação da infância, assegurada pela Constituição Federal de 1988 e reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9692, de 1996. Mas, o que realmente pode e tem sido feito pela criança que necessita ser educada no contexto da creche? Como está sendo pensada e desenvolvida a educação da primeira infância em creches públicas brasileiras? Em função do histórico brasileiro de criação e manutenção de entidades voltadas para a faixa etária compreendida entre zero e três anos – fundamentalmente calcada na filantropia – acreditamos ser pertinente uma discussão acerca de como se estrutura atualmente a instituição voltada ao atendimento dessa faixa etária – a creche.

### **OS PRIMÓDIOS DAS CRECHES – INSTITUIÇÕES ASILARES E FILANTRÓPICAS.**

A creche é uma instituição em expansão desde a década de 1970 no Brasil, mas o histórico de sua implantação é marcado por omissão Estatal, filantropia, ausência de orientação pedagógica, entre tantos outros problemas que contribuíram para que as creches fossem vistas como locais de acolhimento – guarda e proteção – das crianças carentes, cujas mães eram absorvidas pelo mercado de trabalho e, portanto, não poderiam assumir a responsabilidade pelos cuidados com a criança.

Em função do desenvolvimento industrial e comercial vivido pelo Brasil e conseqüente inserção feminina no mercado de trabalho, configurou-se uma forte necessidade de criação e manutenção de locais onde as crianças, filhas de operários, pudessem ficar durante o período em que seus pais se dedicavam ao trabalho. Contudo, a omissão do Estado em assumir a responsabilidade pela criação e manutenção das creches fez com que essas instituições sofressem discriminação e, sobretudo, fez com que a creche ficasse durante anos envolta em um nebuloso conceito de assistencialismo, o que impossibilitou a construção de uma identidade bem definida e bem estabelecida não somente para a instituição, mas também para seus funcionários.

*Encravada entre a família e a escola, a creche oscila entre as funções e significados dessas duas outras instituições tão bem demarcadas no interior da sociedade. Na verdade, é com a família que a creche mais tem disputado e buscado conquistar espaço, na medida em que essa é a instituição tradicionalmente encarregada de cuidar e de educar a criança pequena. Por isso mesmo a creche tem geralmente sido identificada como uma instância destinada a suprir a lacuna que resulta da incapacidade da família em cumprir sua função. Ressalta-se, assim, na história dessa entidade uma forte conotação assistencialista que insiste em manter-se presente até os dias de hoje. (MERISSE, 1997, p. 25).*

Conforme aponta Merisse (1997), as primeiras instituições voltadas ao atendimento da infância no Brasil tiveram seu início fortemente marcado pela idéia de oferecer “assistência” e “amparo” aos necessitados. As instituições médico-assistenciais e educacionais têm sua origem remota nos abrigos ou asilos que, desde a Idade Média, recolhiam os mais diversos tipos de desvalidos, a fim de evitar que estes ficassem expostos a intempéries e também para que fossem alimentados.

Com relação ao atendimento prestado especificamente à infância, as primeiras instituições criadas com essa finalidade na Europa foram as salas de asilo ou salas de custódia. “Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa”. (KISHIMOTO, 1988, p. 44).

No Brasil, os asilos infantis começam a ser instalados a partir do século XVIII. Contudo, para entendermos o processo de implantação de casas destinadas ao amparo da infância, necessitamos entender as conjunturas políticas e sociais que se faziam presentes na sociedade colonial brasileira.

Durante o período colonial, os casamentos eram realizados atendendo a interesses econômicos e conveniências sociais. A figura patriarcal centralizava a dinâmica familiar, pois o pai detinha plenos direitos sobre a esposa, filhos e escravos, podendo, inclusive, castigá-los fisicamente. O sistema escravocrata, por sua vez, facilitava a promiscuidade masculina, pois os senhores de escravos encontravam muita facilidade em tomar como prostitutas mulheres pobres e escravas, além de alugar estas últimas, explorando-as como objeto sexual. Tais práticas ocasionaram um alto índice de abandono de crianças não desejadas, tanto que no ano de 1738, o padre Romão Mattos Duarte criou no Rio de Janeiro a Casa dos Expostos, também conhecida como Casa dos Enjeitados e Casa da Roda.

A “roda” era uma referência ao mecanismo onde se depositavam as crianças: um cilindro oco de madeira, com uma pequena abertura, que girava em torno de um eixo horizontal. A criança era colocada na abertura, pelo lado de fora da instituição.

Girando-se a roda, ela passava para o lado de dentro, de tal modo que o depositante não podia ser visto, impedindo-se assim a sua identificação. Antes de servir a essa finalidade, esse mecanismo era incrustado nos muros dos conventos e permitia que neles fossem depositadas cartas, alimentos e outras coisas destinadas aos frades ou às freiras. Mas, com o tempo, passou a receber também bebês enjeitados. (MERISSE, 1997).

Esse quadro de atendimento prestado à primeira infância, baseado em instituições asilares se faz presente também na Europa, mas, as condições inadequadas de atendimento logo causam desconforto em quem as observa.

*As péssimas condições desses estabelecimentos motivam o aparecimento de algumas experiências como a do Pe. Frédéric Óberlin, na França. Esse religioso, (...) para atender crianças de sete a oito anos funda uma escola primária em 1769. Mas ao verificar a situação das crianças menores que ficam abandonadas em virtude da ausência da mãe, requisitada no trabalho do campo, Óberlin cria, com o auxílio de Sara Benzet, exímia na arte de tricotar, uma escola para as crianças menores de sete anos. A partir daí surge a primeira instituição francesa que pleiteia, além da função social de proteger as crianças, a seleção de educadoras meigas e delicadas para desenvolver atividades educativas, com o uso de estampas de histórias sagradas e História Natural, trabalhos manuais, Ciências e Geografia, canto e desenho. Conhecida como “escola para tricotar”, a instituição de Óberlin, divulgada em 1794, pela Convenção Nacional de França, chama a atenção do público, propiciando a criação de novos estabelecimentos. (KISHIMOTO, 1988, p. 12).*

Enquanto as iniciativas francesas como a do Padre Óberlin visavam atender às crianças cujos pais trabalhavam e já esboçavam certas preocupações com a educação da criança, no Brasil, as creches em muitos aspectos aproximavam-se dos asilos infantis, pois as entidades que foram instaladas em São Paulo, no final do século XIX, como as de Anália Franco, têm o intuito de minimizar os graves problemas de miséria vividos por mulheres e crianças, além do importante atendimento em regime de internato oferecido às crianças órfãs e abandonadas.

Um aspecto de grande influência na caracterização do tipo de serviço prestado pela creche, bem como sua percepção – pelos funcionários e pela população – como um local que oferece atendimento caritativo aos desvalidos tem suas origens no próprio processo de criação da instituição e também no fato de que o Estado não teve qualquer participação na implantação e funcionamento inicial das instituições de atendimento infantil. Este atendimento é, durante um longo período, realizado por entidades de natureza filantrópica, quase que exclusivamente por entidades religiosas, especialmente pela igreja católica.

*Diferenciando-se de países industrializados, o Brasil dá início à organização das primeiras creches no começo deste século (século XX), com uma clientela composta basicamente de filhos de indigentes e órfãos. Em São Paulo, as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria, que aumentam os núcleos urbanos, fruto do deslocamento de populações pobres, em busca de melhores condições de vida. (KISHIMOTO, 1988, p. 24).*

Estimuladas pela falta de fiscalização, bem como pela grande demanda de famílias que procuravam locais para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, proliferaram-se inúmeras instituições sem as mínimas condições, mesmo de higiene para atender às crianças, filhas de operários. Assim, as creches passam a ser conhecidas apenas por absorver as funções de

guarda de crianças e, portanto, não são consideradas dignas de atenção por parte do governo, que se nega a fiscalizar estabelecimentos mantidos pela caridade ou por indivíduos dispostos a explorar comercialmente tais serviços.

Em meio ao quadro histórico descrito, pelo menos até o final da década de 1930 a creche não é aceita como uma instituição válida para receber crianças durante o período de trabalho dos pais. A creche nem mesmo desfruta de uma função plenamente definida, pois, a pesar de ser considerada como um mal necessário, proveniente de um desajustamento moral e econômico decorrente da industrialização e da urbanização, a creche é vista ora como substituto da família, ora como sua auxiliar. Assim, as primeiras creches não apresentam uma dimensão pedagógica no trabalho que desenvolvem, pois priorizam apenas os cuidados com a primeira infância.

*Sampaio Dória, já nos anos vinte, afirma que a creche não pode fazer parte do ensino público, por ter objetivos distintos de uma entidade educativa. Para o jurista, a creche se resume a uma instituição que presta serviços às mães operárias. Sua função social restringe-se à guarda da criança e não atinge a esfera da educação pré-escolar. Se em algum momento essa instituição infantil aproxima-se da área educativa, em virtude da ausência de estruturação de setores especializados, tanto na assistência social como na pré-escola, essa situação deixa de existir em 1933, pelo menos no plano legal, com o advento do Código de Educação, que estabelece o nível de ensino denominado pré-primário, composto apenas pela escola maternal para crianças de 2 a 4 anos e jardim de infância para crianças de 4 a 7 anos. Fica claro, então, que a creche, mesmo atendendo crianças em idade pré-escolar, não faz parte do ensino pré-primário. (KISHIMOTO, 1988, p. 26/27).*

Durante o governo de Getúlio Vargas, especificamente durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), o Estado assume oficialmente as responsabilidades na esfera do atendimento infantil, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde. A rede pública de creches no Estado de São Paulo aparece ligada ao Serviço de Assistência Social, serviço estruturado a partir de 1950 para organizar as doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas. Nesse período, tanto nos Estados quanto nos municípios, entidades filantrópicas recebiam auxílio governamental para manter suas obras assistenciais. Porém, não havia um compromisso por parte do poder público estadual em criar e manter entidades que atendessem às crianças provenientes de camadas populares. "Inicialmente, a ajuda pública era restrita. Em 1962, por exemplo, era subvencionada a manutenção pelo governo municipal de apenas cem crianças". (OLIVEIRA; FERREIRA, 1989, p. 39).

De um modo geral, as propostas do Estado para atendimento à infância estavam baseadas no estabelecimento de convênios com entidades filantrópicas e particulares, na manutenção do atendimento indireto e na implantação de programas como "mães crecheiras", afastando-se, desse modo, da criação e gerenciamento direto de instituições para o atendimento da infância e, principalmente, transferindo para a sociedade civil uma responsabilidade inquestionavelmente estatal.

A falta de clareza com relação às metas e a não definição de políticas de atendimento à infância provocam nos órgãos responsáveis por esse tipo de atendimento uma situação de constante incerteza. Com isso, os problemas vividos pelas famílias de classes economicamente desfavorecidas – em geral operários – apenas avolumavam-se e tornavam-se cada vez mais visíveis.

Em função da necessidade de instituições que atendessem aos filhos dos trabalhadores, cresciam as reivindicações e, por conseguinte, estrutura-se o Movimento de Luta por Creches, criado por parcelas da população que necessitava desse tipo de serviço.

Esse movimento vigorou no município de São Paulo de 1978 a 1982 e desempenhou importante papel na reivindicação pela expansão das vagas em creches, apontando essa instituição como uma necessidade da sociedade e indicando como responsabilidade do Estado sua criação e manutenção.

A política governamental de atendimento à infância baseava-se na expansão quantitativa e na redução de custos, haja visto o grande número de convênios estabelecidos e a permanência de creches indiretas – aquelas não geridas pelo poder público. Em função do escasso planejamento, bem como do não estabelecimento de metas e propostas de atendimento à infância, a qualidade do serviço prestado ficou prejudicada e, com isso, as crianças mais pobres representavam aquelas mais mal atendidas e as creches, em vez de compensar as desigualdades, acabavam por reforçá-las.

O panorama de atendimento à infância até 1984, considerando a população de zero a seis anos, na faixa de rendimento familiar de até cinco salários mínimos, apresentava uma

demanda por creches de 694.754, sendo que apenas 5,9%, ou seja, 40.961 crianças estavam sendo atendidas. (OLIVEIRA; FERREIRA, 1989, p. 45). As soluções para a precariedade das instituições e insuficiência de atendimentos começaram a ser esboçadas a partir da Constituição Federal de 1988, que reconhecia à infância o direito à educação.

## **A REGULAMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA E SEU IMPACTO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Constituição Federal de 1988 traz mudanças significativas em relação à concepção do que é e do que deve contemplar o atendimento educacional oferecido à criança pequena. Seu texto estabelece que a criança de zero a seis anos tem direito à educação e não deixa dúvidas de que é dever do Estado oferecê-la, embora a matrícula não seja obrigatória.

Mas, se para a família é facultativo matricular a criança na escola antes dos sete anos, o oferecimento da vaga não constitui uma opção para o Estado, e sim um dever.

Enquanto as constituições anteriores viam o atendimento à infância somente na condição assistencialista, de amparo à infância pobre, necessitada, a nova Constituição nomeia formas de garantir não somente esse amparo, mas também a educação da criança. Ao subordinar o atendimento em creches e pré-escolas à área da educação, a Constituição de 1988 dá o primeiro passo rumo à superação do caráter assistencialista que até então predominava nos programas de atendimento à infância.

O artigo 208 da Constituição de 1988 define que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (Artigo 208, inciso IV da Constituição Federal de 1988). Com o objetivo de assegurar o atendimento e a permanência das crianças em creches e pré-escolas, a Constituição Federal de 1988 dispõe no artigo 212 sobre os percentuais mínimos provenientes da receita de impostos a serem aplicados na educação. A União deve aplicar 18% do total de rendimentos e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25% de seus rendimentos.

Ao se tocar na questão do percentual da receita de impostos a serem aplicados na educação, muitas discussões e controvérsias são levantadas. O artigo 211 da CF de 1988 declara que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Apesar da especificação legal acerca do caráter colaborativo que deve cercar o atendimento à infância, tem-se atribuído apenas ao poder público municipal a responsabilidade pelos deveres relativos à manutenção de creches e pré-escolas.

A situação se agrava com a Emenda Constitucional 14, de 1996, que altera o disposto no Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dispõe sobre a criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que determina a utilização de, no mínimo, 60% dos recursos referidos no caput do artigo 212 no ensino fundamental. (CORRÊA, 2001). De um modo geral, a interpretação que tem sido dada à lei é a de que é de exclusiva responsabilidade dos municípios a oferta de Educação Infantil. A Emenda Constitucional 14, “posteriormente regulamentada pela Lei nº 9424/96 – FUNDEF –, acabou implicando uma diminuição ou congelamento da oferta de educação infantil na maior parte dos municípios do país”. (CORRÊA, 2002, p. 21).

Apesar das conquistas em termos de direitos da infância, legalmente reconhecidos, interpretações equivocadas acabam por prejudicar a efetivação desses direitos assegurados por lei. Assim, faz-se necessária a mobilização de grupos e movimentos dispostos a defender uma Educação Infantil de qualidade, além das pesquisas e divulgação de resultados, sobretudo nos cursos de formação de professores, haja visto que, passados dezessete anos da promulgação da nova Constituição Federal, a educação da infância ainda não conquistou o reconhecimento governamental de sua real importância, tampouco obteve os investimentos necessários para a efetiva realização de um trabalho de qualidade.

## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS DE UMA MELHORIA DA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.**

Atualmente, as discussões em torno da temática da educação da primeira infância têm apontado a necessidade de que os profissionais diretamente envolvidos com as atividades de cuidado e educação das crianças de zero a três anos, no contexto das creches brasileiras

recebam uma formação adequada, que lhes permita desenvolver um trabalho que favoreça a aprendizagem infantil.

Autores como OLIVEIRA (2001), MUKHINA (1996), BONDIOLI & MANTOVANI (1998), entre outros, destacam a importância de que sejam conhecidos os aspectos do desenvolvimento infantil, de acordo com a idade da criança para que, desse modo, os educadores sejam capazes de criar ambientes e atividades adequados às necessidades infantis.

Consideramos, pois, de extrema importância que os cursos de formação de professores contem com disciplinas que contemplem as características do desenvolvimento infantil, sobretudo durante a primeira infância, e que sejam propostas, juntamente com os alunos, discussões sobre a estruturação do espaço físico, materiais a serem utilizados, brincadeiras que possam ser desenvolvidas, estruturação da rotina diária, entre outros elementos que favoreçam as trocas de experiências entre as crianças e também entre as crianças e os adultos, a fim de impulsionar seu desenvolvimento e aprendizagem.

Existem inúmeros aspectos das brincadeiras cotidianas que auxiliam no desenvolvimento psíquico da criança, como por exemplo as brincadeiras de faz-de-conta, que favorecem o desenvolvimento do pensamento simbólico, de fundamental importância em nossa sociedade.

*A brincadeira simbólica leva à construção pela criança de um mundo ilusório, de situações imaginárias onde objetos são usados como substitutos de outros, conforme a criança os emprega com gestos e falas adequadas. Nessa situação a criança reexamina as regras embutidas nos atos sociais, as regulações culturais que fazem que a mãe seja quem fica em casa enquanto o pai sai para o trabalho em certos grupos sociais, por exemplo. Isso ocorre conforme a criança experimenta vários papéis no brincar e pode verificar as conseqüências por agir de um ou de outro modo. Com isso internaliza regras de conduta, desenvolvendo o sistema de valores que irá orientar seu comportamento. (OLIVEIRA et al., 2001, p. 55).*

A riqueza das atividades infantis é muito significativa para a estruturação psíquica e, além disso, representa uma forma bastante eficiente para que a criança compreenda as relações sociais do meio em que vive.

Acreditamos que a creche pode ser transformada em um espaço de crescimento e de muitas aprendizagens, mas, para que isso efetivamente ocorra, é necessário que o educador conheça os processos históricos que marcaram a estruturação dessa instituição para que assim possa refletir criticamente sobre suas práticas cotidianas e excluir de sua atuação pedagógica qualquer traço da concepção assistencialista, que visam o cuidado e a guarda pura e simples da criança.

Entendemos que à medida que o educador conhece as estruturas que regem o raciocínio da criança entre zero e três anos e compreende suas potencialidades de aprendizagem, ou seja, aquilo que a criança é capaz de aprender, tornar-se-á capaz de propor atividades significativas, estimulantes e aprenderá a definir a criança por suas capacidades e possibilidades, buscando desafiar-la para novas aprendizagens.

Embora as práticas assistencialistas no âmbito da creche tenham sido progressivamente suprimidas ao longo dos anos, entendemos que pelo menos no nível da consciência ainda existem reminiscências das práticas filantrópicas que estiveram presentes no imaginário social durante vários anos. As creches passaram a ser vistas como direito da criança (e não da mãe trabalhadora), como um ambiente onde deveria ocorrer a educação da primeira infância e não somente sua guarda e proteção, e como instituições que deveriam ser vinculadas às Secretarias da Educação e não às Secretarias do Bem-Estar Social apenas por volta da década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A história das creches como instituições educacionais no Brasil constitui algo extremamente recente, assim, tanto a identidade da instituição quanto dos profissionais que nela atuam estão em processo de construção. Portanto, discussões, pesquisas e uma adequada formação de educadores são elementos de extrema importância, pois concorrem para o favorecimento da consolidação da creche como uma Instituição de Educação Infantil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa acerca do atendimento prestado à primeira infância por instituições, como as creches, pode representar um elemento capaz não somente de indicar aspectos a serem melhorados, mas também pode constituir uma forma de alcançar os educadores e demais

profissionais que trabalham nessas instituições, despertando sua consciência sobre a importância do trabalho que desenvolvem junto à primeira infância.

Por outro lado, ao situarmos a discussão em um contexto mais amplo, buscando analisar o processo histórico de criação e consolidação das creches, podemos perceber que antigas práticas e concepções, cujas raízes remontam de um passado não muito distante em termos de história social, ainda se fazem presentes no cotidiano das creches, ganhando vida através de diálogos e práticas adotadas por educadores e atendentes de Educação Infantil. Assim, o fato de resgatarmos o processo histórico de criação da creche, de buscarmos entender melhor seu funcionamento e verificar sua estrutura e forma de atendimento atuais podem contribuir para a melhoria da educação da primeira infância.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos**. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. MEC/ SEF/ Coedi. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília, 1994.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CORRÊA, B. C. A educação infantil. In: OLIVEIRA, R. P. DE; ADRIÃO, T. **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 13-32.
- FARIA, A. L. G. de. **Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1999.
- HADDAD, L. **A creche em busca de identidade. Perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo**. São Paulo: Loyola, 1993.
- KISHIMOTO, T. M. **À pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.
- KUHLMANN Jr., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MERISSE, A. (et al). **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- OLIVEIRA, Z. M. R.; FERREIRA, M. C. R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo: histórico de uma realidade – 1986. In: ROSEMBERG, F. (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 28-89.
- \_\_\_\_\_. et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- ONGARI, B.; MOLINA, P. **A educadora de creche: construindo suas identidades**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SILVA, C. S. B.; MACHADO, L. M. (Orgs.) **Nova LDB: trajetória para a cidadania?** São Paulo: Arte & Ciência, 1998.